

2.1 A invenção moderna do trabalho

by André Languer - viernes, agosto 27, 2004

https://vinculando.org/brasil/conceito_trabalho/invencao_moderna_do_trabalho.html

Gorz parte da constatação de que historicamente o trabalho nem sempre foi aquilo que ele é hoje. O que nós nos acostumamos a chamar “‘trabalho’ é uma invenção da modernidade. A forma sob a qual o conhecemos, praticamos e o situamos no centro da vida individual e social, foi inventada, e em seguida generalizada com o industrialismo”[73]. A compreensão que dele temos e o lugar que lhe damos, são novos. Ele ocupou outro lugar em outras sociedades[74].

No entanto, para uma visão mais ampla e menos asfíxiante da noção de trabalho um olhar de longo prazo pode ser útil. Gorz olha, particularmente, para a realidade e o significado desta realidade que denominamos trabalho entre os gregos.

Os gregos faziam uma diferenciação mais aguda entre as atividades que constituíam a *vita activa*. Eles distinguíam o labor, o trabalho e a ação. O **labor** diz respeito à luta pela sobrevivência física do corpo. É realizado em vista da manutenção da vida e da sobrevivência da espécie humana. O labor está associado ao processo biológico do corpo. Há uma estreita relação entre produção e consumo. Tudo o que é produzido pelo labor é destinado ao consumo imediato, motivo pelo qual não deixa nada atrás de si[75].

O labor reúne estas características: é menosprezado, não glorificado, pertence ao reino das necessidades, é realizado na esfera doméstica ou privada e distingue-se pela sua transitoriedade. Está no degrau mais baixo da hierarquia de valores do ideal grego. Enfim, é marcado pela eterna circularidade entre produção e consumo.

Um segundo grupo de atividades é aquele denominado de **trabalho**[76].

O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita a vida de cada indivíduo, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade.[77]

O *homo faber*, em contraposição ao “animal laborans”, que requer o organismo humano por inteiro, caracteriza-se pelo uso das mãos. Com elas o homem fabrica a infinita variedade de coisas que o rodeiam e passam a constituir a sua mundanidade[78]. O *homo faber* é dependente das suas mãos; elas são o seu instrumento primordial[79]. Neste sentido, o homem já não mais labora, mas obra.

Se o labor combina necessidade e futilidade, o trabalho combina permanência e liberdade. O trabalho, também chamado de *poiësis*, não está mais a serviço das necessidades e dos constrangimentos materiais da subsistência. Por esse motivo, ele pode prescindir deste nível elementar e tornar-se criação, inovação, expressão, realização de si.

A terceira atividade fundamental da *vita activa* é a **ação** ou a *praxis*. “A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo”[80].

Quatro são as características básicas que distinguem a ação, tanto do labor como do trabalho: a pluralidade, a não mediação material, o fato de ser exercida na esfera pública e a liberdade. “No homem, a alteridade, que ele tem em comum com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se singularidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres singulares”[81]. A singularidade própria da ação aparece na sua intransferibilidade. É possível que alguém faça outros trabalharem no seu lugar e assim lhe providenciam a sobrevivência, mas não é possível que abdique do discurso e da ação, uma vez que “trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano”[82]. Não há vida humana sem ação.

Ao contrário do labor e do trabalho, a ação não tem mediação material. A práxis é exercida diretamente entre as pessoas. A ação e o discurso são capacidades humanas imprescindíveis. “Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares [...]”[83]. Cada ser humano se revela plenamente aos outros naquilo que é, comunicando-se. É no discurso e na ação que ele se mostra aos outros na sua individualidade.

Por essas razões, o lugar próprio da ação ou da práxis é a esfera pública, não a vida privada. A polis grega é o lugar por excelência onde se constrói a comunidade pelo agir e pelo falar, mas também o lugar da aparência.[84]

A ação produz uma realidade distinta da do labor e do trabalho; o “produto” mais imediato da ação é a realidade do próprio eu, da própria identidade ou a realidade do mundo circundante. A práxis não produz objetos, mas acima de tudo reflexões, ensinamentos, relações. Refere-se à produção de sentido, à produção do humano nas pessoas e elas entre si. Por isso a insistência de que “só a ação é prerrogativa exclusiva do homem”[85].

Mas, tal só pode ser alcançado num espaço em que predomina a liberdade. É evidente que neste estágio o suposto fundamental é que as necessidades já tenham sido atendidas. A polis não nega a esfera privada, o espaço da família, da “economia”, da necessidade, mas a transcende. A vida doméstica só existe em função da vida na *polis*. “A esfera da *polis* era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *polis*”[86]. Por isso, cada cidadão “se esforçava para reduzir ao mínimo o peso das necessidades da vida”[87], para poder dispor de mais tempo para a polis.

Como se vê, os gregos estabeleceram uma hierarquização das atividades constitutivas da *vita activa*. Nessa hierarquia a práxis ocupava o lugar mais alto, ao passo que o *labor* ocupava o degrau mais baixo[88]. Destacar esse aspecto é importante para perceber com mais clareza a mutação de valores que a sociedade industrial irá introduzir na sua percepção do mundo e das atividades humanas.

O “trabalho” entre os gregos não gozava de nenhuma simpatia. Pelo contrário, era visto como algo degradante, como um castigo, como algo que denegria a imagem de ser humano e de cidadão reinante entre os gregos. Dessa maneira, o trabalho não podia ser o fundamento do laço social. As ligações sociais estavam antes fundadas em outros lugares, que não a “economia”. Os costumes, as leis, a magia e a

religião, eram suportes fundamentais para a coesão e a integração social. Eles constituíam um todo, no qual a organização econômica a constituía apenas um elemento[89]. A rigor, como enfatiza Gorz, o *labor* não pode jamais ser o fundamento da coesão social, pois não é isso que ele realiza: “este trabalho necessário para a subsistência não pode jamais converter-se num fator de integração social. Era, antes, um princípio de exclusão: aqueles que o realizavam eram tidos como inferiores em todas as sociedades pré-modernas”[90]. Mais do que incluir, ele exclui; mais do que conduzir à igualdade entre todas as pessoas, ele introduz irremediavelmente a submissão e a heteronomia.

Gorz relê os gregos especialmente a partir das noções de labor e trabalho. Mas, vai dizer que aquilo que nós chamamos de “trabalho” não é rigorosamente nem labor nem trabalho, mas é uma simbiose das duas atividades. Para ele, esse novo trabalho tem as seguintes características:

- a) É realizado na esfera pública[91]. Ele sai do esconderijo da esfera privada a que era submetido no mundo antigo e passa a ser realizado no coração do espaço público, à vista de todos. Havia, no mundo antigo, uma certa simetria entre a esfera privada, o mundo da família e a economia. “A maior parte da economia é uma atividade privada que não se desenvolve à luz do dia, na praça pública, mas no seio do domínio familiar[92]”. O “novo” trabalho precisa ser “demandado, definido, reconhecido como útil pelos outros”[93].
- b) É um esforço humano remunerado. O trabalho reconhecido como útil pela sociedade é aquele que é remunerado. Esta é a principal característica do trabalho moderno. “Pelo trabalho remunerado (e mais particularmente pelo trabalho assalariado) é que pertencemos à esfera pública, conseguimos uma existência e uma identidade sociais (ou seja, uma “profissão”), estamos inseridos numa rede de relações e intercâmbios na qual nos medimos com os outros e nos são conferidos direitos sobre eles em troca de nossos deveres para com os mesmos”[94]. A transformação do trabalho assalariado no principal elemento de socialização foi responsável não só para que a sociedade industrial se distinguisse de todas as sociedades precedentes, mas para que se autodenominasse como “sociedade de trabalhadores”[95].
- c) É fator de exclusão social. É fazendo esta volta ao passado, que Gorz alerta para o fato de que o trabalho necessário para a sobrevivência nunca pôde converter-se num fator de integração social. Ao contrário, sempre funcionou como princípio de exclusão social. E isso porque aqueles que o realizavam sempre eram tidos como inferiores (escravos, mulheres...), pois pertenciam ao reino da necessidade[96]. A satisfação das necessidades excluía da cidadania, pois impedia a participação na polis. Fazendo a distinção entre labor e trabalho, Gorz é capaz de desvendar a incapacidade de libertação no trabalho, uma vez que ele sempre se realiza em condições de poder extremamente desiguais.

A perspectiva de inclusão social que o trabalho moderno arroga para si esconde uma outra mutação na natureza do trabalho: de algo desprezível, para os antigos, transforma-se numa virtude, num valor[97]. Por não ser um valor para os antigos a própria idéia de ‘trabalhador’ era inconcebível: “condenado à servidão e à reclusão na domesticidade, o ‘trabalho’, longe de conferir uma ‘identidade social’, definia a existência privada e excluía do domínio público àquelas e àqueles que estavam submetidos a ele”[98].

Notas

[73] GORZ, André. **Métamorphoses du travail**: quête du sens. Critique de la raison économique. Paris: Galilée, 1988, p. 25.

[74] Para ver como o trabalho era compreendido por outras sociedades, conferir: MÉDA, 1995, p. 30-59; POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 62-75.

[75] Cf., *ibid.*, p. 98.

[76] Vale a pena recordar que entre os gregos não havia uma noção unívoca que englobasse os diferentes ofícios e 'produtores'. Cf. MÉDA, 1995, p. 39.

[77] ARENDT, 1989, p. 15.

[78] *Ibid.*, p. 149.

[79] *Ibid.*, p. 157.

[80] *Ibid.*, p. 15.

[81] ARENDT, 1989, p. 189.

[82] ARENDT, *loc. cit.*

[83] *Ibid.*, p. 192.

[84] *Ibid.*, p. 211.

[85] ARENDT, 1989, p. 31.

[86] *Ibid.*, p. 40.

[87] GORZ, 1988, p. 28.

[88] Cf. ARENDT, 1989, p. 25-26; MÉDA, 1995, p. 46.

[89] Cf. POLANYI, *op. cit.*, p. 75.

[90] GORZ, 1988, p. 26.

[91] Cf. GORZ, 1988, p. 25, 27-28.

[92] *Ibid.*, p. 27.

[93] Ibid., p. 25.

[94] GORZ, 1988, p. 25-26.

[95] Cf., ibid., p. 26.

[96] GORZ, loc. cit.

[97] Cf. MÉDA, 1995; CHAUI, Marilena. Introdução. LAFARGUE, Paul. **O direito Ã preguiça**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999. p. 9-56.

[98] GORZ, 1988, p. 28.

PDF generated by Kalin's PDF Creation Station